

PARECER Nº 796/2025

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Processo: 28383/2025

Autoria: Vereadora Maysa Leão

Assunto: Projeto de lei que "Institui a “Semana Municipal das Mulheres na Ciência” no Município de Cuiabá e dá outras providências.”

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que objetiva instituir, no calendário oficial do Município de Cuiabá, a Semana Municipal das Mulheres na Ciência, a ser celebrada anualmente na semana que inclua o dia 11 de fevereiro, Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, conforme resolução da Assembleia Geral da ONU.

A autora apresenta justificativa nos seguintes termos:

A ciência é uma das forças motrizes do desenvolvimento humano, social e econômico. No entanto, a participação das mulheres em carreiras científicas ainda é marcada por desigualdades históricas e estruturais. No Brasil, embora as mulheres sejam maioria entre os concluintes de graduação, sua presença diminui significativamente em áreas como engenharia, física, matemática e tecnologia, além de ocuparem menos posições de liderança em instituições científicas. Este Projeto de Lei visa reconhecer, valorizar e incentivar a presença feminina na ciência local, com a instituição da Semana Municipal das Mulheres na Ciência. A iniciativa é alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e reforça o compromisso de Cuiabá com uma cidade mais inclusiva, igualitária e inovadora. Ao incluir essa semana no calendário oficial, cria-se uma oportunidade institucional para a promoção de debates, divulgação científica, ações educativas e visibilidade das mulheres que atuam na ciência, inspirando meninas e jovens a seguirem esse caminho. Dessa forma, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis para a aprovação deste importante instrumento de valorização da mulher cientista e promoção da equidade de gênero em nosso município.

A proposição não está instruída com quaisquer estudos, pesquisas ou demonstração de impacto orçamentário-financeiro.



É o relatório.

II - EXAME DA MATÉRIA

1. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

O processo legislativo consiste num conjunto coordenado de atos que disciplinam o procedimento a ser obedecido pelos órgãos competentes na produção das leis e atos normativos que derivam diretamente da Constituição Federal, Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município.

Segundo o constitucionalista e Ministro Alexandre de Moraes:

[O] respeito ao devido processo legislativo na elaboração das espécies normativas é um dogma corolário à observância do princípio da legalidade, consagrado constitucionalmente, uma vez que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de espécie normativa devidamente elaborada pelo Poder competente, segundo as normas de processo legislativo constitucional."^[1]

Portanto, temos que é esse conjunto normativo que fornece as suas bases e define os elementos fundamentais do processo legislativo, tais como: competência, a matéria legislativa, a iniciativa das leis, discussão, votação, aprovação, rejeição e veto.

O **Supremo Tribunal Federal (STF)** considera as regras básicas de processo legislativo previstas na Constituição Federal, como norma geral, aplicável a todos os entes federais.

Inicialmente, cumpre salientar que, não cabe a esta CCJR qualquer análise de mérito e/ou política dos projetos de lei, sendo que tal atribuição é destinada aos Agentes Políticos envolvidos.

Portanto, a análise aqui externada cuida apenas da exigência de compatibilidade do projeto de lei com o ordenamento jurídico pátrio.

Em nível municipal a função legislativa é exercida pela Câmara dos Vereadores, que é o órgão legislativo do município, em colaboração com o prefeito, a quem cabe também o poder de iniciativa das leis, assim como o poder de sancioná-las e promulgá-las, nos termos propostos como modelo, pelo processo legislativo federal.

A Constituição Federal dotou os municípios de autonomia legislativa no que se refere aos assuntos de interesse local, como neste caso, podendo os municípios ainda suplementar a legislação federal e estadual no que couber:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

A iniciativa parlamentar em projetos que instituem datas comemorativas, possui amplo



respaldo jurídico, desde que não crie atribuições ao Chefe do Poder Executivo.

O Poder Judiciário vem adotando posicionamento mais flexível no que tange a iniciativa parlamentar para a edição de leis que versem sobre programas e serviços públicos, desde que não haja invasão da esfera administrativa – reservada em nosso ordenamento ao Poder Executivo – o que se daria, por exemplo, através da criação de órgãos ou da criação de novas atribuições a órgãos já existentes ou, ainda, da criação de cargos públicos.

A instituição de data comemorativa denota interesse local e ampla iniciativa legislativa, de modo que é possível a apresentação de projeto de lei por vereador.

O projeto é **constitucional** quanto à competência legislativa. A criação de datas comemorativas municipais está dentro da competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I da CF/88).

No entanto, os artigos 3º a 5º da proposição possuem caráter autorizativo. Neste ponto, a proposição invade a iniciativa legislativa reservada ao chefe do Poder Executivo e fere o princípio da separação de Poderes, culminando no insanável vício de inconstitucionalidade formal subjetiva, conforme farta jurisprudência, como a seguinte:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA - LEI MUNICIPAL QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - INICIATIVA PARLAMENTAR - REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS - RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO - VÍCIO DE INICIATIVA - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. São inconstitucionais as leis de iniciativa parlamentar que autorizam o Executivo a executar atos que já são de sua competência constitucional e de iniciativa privativa desse Poder, como o regime jurídico e remuneração dos servidores municipais. (TJ-MG - Ação Direta Inconst: 57883916420208130000, Relator.: Des.(a) Carlos Roberto de Faria, Data de Julgamento: 25/08/2022, ÓRGÃO ESPECIAL, Data de Publicação: 30/08/2022)

Portanto, com o objetivo de resguardar a constitucionalidade do projeto, sugere-se a seguinte emenda:

EMENDA SUPRESSIVA: ao final da ementa e aos artigos 3º ao 5º para resguardar a juridicidade da norma a ser gerada, passando-se à seguinte redação:

INSTITUI A “SEMANA MUNICIPAL DAS MULHERES NA CIÊNCIA” NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(...)

~~**Art. 3º** Durante a semana instituída, o Poder Executivo Municipal poderá promover, em parceria com escolas, universidades, centros de~~



~~pesquisa, organizações da sociedade civil e demais órgãos públicos:~~

~~I — Palestras, oficinas, painéis, exposições e outras atividades educativas e culturais;~~

~~II — Campanhas de mídia e comunicação voltadas à valorização da mulher na ciência;~~

~~III — Premiações ou homenagens a mulheres cientistas atuantes no município de Cuiabá.~~

Art. 4º ~~O Poder Executivo também poderá:~~

~~I — Celebrar convênios e parcerias com instituições de ensino, entidades acadêmicas, científicas e empresas, priorizando, preferencialmente, aquelas que promovam a participação feminina na ciência.~~

~~II — Desenvolver campanhas educativas com foco na equidade de gênero na ciência.~~

Art. 5º ~~As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.~~

2. REGIMENTALIDADE

O Projeto cumpre as exigências regimentais, não havendo nada a acrescentar neste aspecto.

3. REDAÇÃO

O Projeto não atende as exigências redacionais estabelecidas na Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998. Portanto, com o objetivo de resguardar a constitucionalidade do projeto, sugere-se a seguinte emenda:

EMENDA SUPRESSIVA: ao final da ementa e aos artigos 3º ao 5º para resguardar a juridicidade da norma a ser gerada, passando-se à seguinte redação:

INSTITUI A “SEMANA MUNICIPAL DAS MULHERES NA CIÊNCIA” NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(...)

Art. 3º ~~Durante a semana instituída, o Poder Executivo Municipal poderá promover, em parceria com escolas, universidades, centros de pesquisa, organizações da sociedade civil e demais órgãos públicos:~~

~~I — Palestras, oficinas, painéis, exposições e outras atividades~~



~~educativas e culturais;~~

~~II — Campanhas de mídia e comunicação voltadas à valorização da mulher na ciência;~~

~~III — Premiações ou homenagens a mulheres cientistas atuantes no município de Cuiabá.~~

Art. 4º O Poder Executivo também poderá:

~~I — Celebrar convênios e parcerias com instituições de ensino, entidades acadêmicas, científicas e empresas, priorizando, preferencialmente, aquelas que promovam a participação feminina na ciência.~~

~~II — Desenvolver campanhas educativas com foco na equidade de gênero na ciência.~~

Art. 5º ~~As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.~~

4. CONCLUSÃO

A matéria é de competência municipal, porém os artigos 3º a 5º da proposição possuem caráter autorizativo. Neste ponto, a proposição invade a iniciativa legislativa reservada ao chefe do Poder Executivo e fere o princípio da separação de Poderes, culminando no insanável vício de inconstitucionalidade formal subjetiva, motivo pelo qual sugere-se a emenda da ementa e supressiva dos artigos 3º a 5º.

5. VOTO

Voto do relator pela aprovação, com emenda.

[1]MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 40 ed. São Paulo: Atlas, 2024. Cap. 11.

Cuiabá-MT, 2 de dezembro de 2025



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100360030003000370037003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Daniel Souza Silva Monteiro** em 09/12/2025 10:23

Checksum: **2C0DD649B780E4780F012814517F639E5C446C4F98B07C43A7ED17A07A357DA6**



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3100360030003000370037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.